

Fazer da palavra encontro

O caminho, porém, nem sempre conduz ao lugar desejado. O que importa, pois, não é o destino, mas sim o que se atravessa ao longo do caminho, a série de experiências das quais se é ator e testemunha, e, sobretudo, a parte imprevista, aquilo que acontece quando menos se poderia esperar. Trata-se, portanto, de prestar mais atenção ao caminho em si e aos itinerários do que à destinação. Daí a importância da estrada. (Mbembe, 2018, p. 252)

Na medida socioeducativa, o menino é chamado a falar em uma cena composta por alguém que lhe dirige perguntas cujas respostas são antecipadas, e a expectativa sobre o que deve ser dito cria um repertório para quem fala e para seu escutador. Aquele que interroga o menino compõe a cena, também construindo o relato que se elabora, e assim, quem fala o faz em meio a um tempo e contexto que autorizam a exposição de certas ideias, falando para alguém que o escuta a partir de certa intencionalidade. Esse sistema decide as qualidades que deve ter o menino que fala e o lugar que ocupa ao definir “os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que deve acompanhar o discurso; fixa[ndo], enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras” (Foucault, 2014, p. 37).

Toda relação que envolve questões humanas abriga esse território em que o poder se realiza: a linguagem. O que está no mundo ganha significações e, por isso, desde o primeiro instante e em razão de sua própria estrutura, a linguagem dá passagem a modos de relação. A fala produz efeitos no falante e no ouvinte; pode ser violência ou

significação única que invade o corpo alheio, criando certa coisa, escondendo o que estaria lá. A linguagem tanto produz um semelhante como destrói o outro.

Nesse lugar onde muitos falam há o paradoxo da escuta escassa em que a medida fica presa ao que não foi dito (sempre em busca das causas) e fixada numa falta que a procura pela resposta correta produz. Muito se cria em cima do que não veio, e o que aparece, tomado como desimportante ou deslocado, fica posto de lado. Quando há expectativa acerca dos dizeres, falando não necessariamente se constitui um diálogo, pois o que se espera escutar produz ausência se o outro não disse exatamente o que era necessário que houvesse dito. Desatenta às condições de fala, a medida escorrega no desejo de agarrar o outro (Barthes, 2013), afirmando uma prática ou um saber descolado dele. Feita de muitos que falam e abrigando variados (des)encontros, tudo o que ali se diz fabrica saberes e indica uma posição narrativa, uma posição política.

Perguntas e avisos pré-programados colocam em marcha aquilo que se aprendeu que é necessário dizer e fazer o menino saber: estudar, trabalhar, ter outros amigos, chegar cedo em casa. Ele tem entre 12 e 18 anos de idade e deve apresentar um destino, havendo pouco espaço para o imprevisível. Quando a medida crê que é preciso saber certas coisas – as coisas certas –, constrói uma via cujas avenidas não abrem veredas por onde possa escapar uma prática outra. Nessa ideia de comunicação em que mesmo o que se pergunta informa o saber que interessa (em que, fora dele, nada se tem), o que se direciona ao menino são palavras de ordem (Deleuze, 2012), produzindo um corpo em situação de captura por práticas que fazem da língua um território sofrível, “pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (Barthes, 2013, p. 14). Obrigar a um dizer certo, submeter a uma palavra de ordem fantasiada de diálogo.

Da memória do tempo de acompanhar meninos nas unidades de internação, a lembrança de que ali se comunicava, paradoxalmente, o imperativo de não falar:

Com frequência, na unidade de recepção de meninos recém-apreendidos, chegados da rua e ainda com a roupa do corpo, eles escutavam as explicações do funcionamento local: cabeça baixa, falar pouco, obedecer. Falar apenas quando solicitados – responderem, portanto, em um dizer que não poderia ser iniciado por eles mesmos e que era sempre um retorno a uma ordem. Nos corredores, escutavam prescrições sobre respeito e boa-vontade, qualidades necessárias para saírem dali. Ouviam, calados, os adultos lhes dizerem que na vida basta querer para viver outra coisa, numa suposição de que aqueles meninos não queriam acontecimentos melhores para eles próprios.

O menino devia calar e falar numa mesma regra: conforme lhe ordenavam. Para Curió, durante a medida de internação, a impossibilidade de dizer dava ainda mais vontade de se pronunciar, mas, “se um menino falar pro juiz que apanhou, ele apanha ainda mais, à noite. Queria dizer que apanhar não muda ninguém”. Escutar o outro

requer uma aproximação em relação à sua experiência, permitindo que outros pontos de vista possam caber. Na distância hierárquica entre o juiz e o menino, as palavras ficavam aprisionadas. Curió desconfiava que sua experiência não caberia naquele que o escutava na sala de audiências.

Mas, a surdez não se restringe à figura judiciária. Likão percebia quando alguém falava *com* ele, e não *para* ele. Percebia isso porque, muitas vezes antes, havia sido diferente:

“Faz diferença o técnico que mostra o relatório antes de mandar pro juiz e pergunta a opinião do menino”. No meio aberto, quando lia os seus relatórios, nunca pediu pra que mudassem o que estava escrito: “eles contavam o que acontecia naquela época da minha vida. É bom quando o técnico não julga e deixa a gente decidir o que quer contar”. As boas conversas com quem o acompanhava faziam, quando de volta à rua, “pensar e fortalecer a vontade de mudar de vida. Eu olhava aquilo lá e lembrava da conversa no LA; eu via que era verdade que, com o dinheiro do tráfico, ficava difícil ter uma reserva [de dinheiro]”.

Pensar junto acontecia quando a medida aguentava o fato de que existe mais do que a linha dura da certeza que produz um *sim* contra um *não*; que há movimentos no que constitui o dizer que a própria fala não sabe e que só poderá saber depois, como efeito de uma aposta nessa espera que compreende que a vida se constitui em movimentos e que o pensamento se transforma em contato com o mundo, vivendo suas coisas, experimentando-se em relação. O pensamento, nesse sentido, tem a qualidade da indeterminação, cabendo na medida o silêncio e a possibilidade de não responder imediatamente. Sabendo que há um perímetro, que não é possível um dizer que abarque todas as possibilidades em qualquer circunstância da vida, aquela medida, com aquele menino, abria brechas para ele pensar escolhendo as palavras. No limite do dito, os sentidos se alargavam porque passava a ser possível refletir não completamente conduzido pela necessidade de responder a um ideal.

Desde a linguagem também se operam, portanto, resistências a um modo de pensar que busca uma identidade e que procura soluções fáceis. As palavras eram armas com as quais aquela medida lutava, fazendo-as dançar junto com a vida que Likão levava. Depois, aparecia algo de inesperado (um pensamento feito na biqueira), passavam outras ideias. Inventando perguntas, Likão refletia sobre a própria decisão.

Existir com o outro requer que não se saiba tudo para que tenha lugar o que poderia vir a ser descoberto, ou seja, “o que está próximo demais de nosso olhar para que possamos ver, o que está aí bem perto de nós, mas que nosso olhar atravessa para ver outra coisa” (Foucault, 2016, p. 69). Não há novas passagens possíveis quando o menino precisa se antecipar ao seu dizer; além disso, fica de fora o fato de que a vida

varia, engendrando, potencialmente, muitas formas para alguém dizer de si. Relatar a totalidade de si próprio é sempre do campo do impossível, pois a vida avança, dando ao relato e à existência temporalidades distintas. Acessar a variedade na vida implica afirmar a relevância do dizer em sua singularidade e inventar estratégias por meio das quais falar da própria experiência passe a ser possível.

3.1 RECONHECER A HISTÓRIA SINGULAR

Há uma medida que diz que a privação da liberdade ensina, que é bom para o menino se encontrar com um limite inquestionável para que aprenda a fazer escolhas, que é importante restringir seu livre-arbítrio para que sinta na pele o que perdeu: o direito de ir e vir, o contato com os amigos, a rua, o poder de deliberação. Que saiba e possa dizer sobre o que fez; que aquilo que faz não contradiga as expectativas, quaisquer que sejam elas. Tal proposição dessa medida não a compromete a enfrentar o necessário desconforto de repensar as próprias concepções.

Em outra lembrança produzida pela escrita, há a memória de, em 2010, acompanhar, como psicóloga, audiência solicitada pelo serviço de medidas socioeducativas em meio aberto para um menino de 17 anos que não vinha cumprindo “sua” liberdade assistida. Assim se deu a cena: primeiro, a juíza conversou comigo, a psicóloga, e com a educadora de referência do menino, sem a presença dele; afirmamos que voltaria ao acompanhamento regular, de forma que poderia seguir com aquela medida, não sendo necessária a internação provisória (frequentemente sugerida pelo Poder Judiciário para “dar um susto no adolescente”). Em seguida, a juíza conversou com a mãe dele, que se prontificou a continuar acompanhando e orientando o filho “em relação a seus deveres”. Por fim, ele foi chamado. O menino, à pergunta da juíza, não se comprometeu a retomar os atendimentos. Falava pouco e respondia às questões mostrando não querer se pronunciar para além daquilo. Quando deu de ombros a alguma pergunta que lhe foi feita, recebeu uma medida de internação sanção para, no susto, “pensar melhor”. A juíza, gritando, se disse desrespeitada por ele, que, em sua compreensão, não demonstrava consideração em relação a ela ou à mãe e não se mostrava sério diante da própria vida. O menino saiu da sala de audiências, foi abraçado pela mãe e pelo irmão, que choravam, e seguiu, conduzido por policiais, para a unidade de recepção da Fundação CASA.

Doze anos depois, essa cena volta à memória mediada pela escrita sobre a medida. Aquele menino mostrava que pouco valia agir como se soubéssemos o que o movia e que pouco servia que projetássemos um futuro para alguém que não participava do exercício imaginativo que não tinha a ver com mais ninguém senão com ele próprio. No nosso desejo, ele permanecia errado e excluído porque não havia bancado o que queríamos que tivesse feito. Perdeu, propositadamente, o jogo em que o colocamos.

Lembro que ficamos sem entender, e não me recordo de algum dia ter conversado com ele a respeito daquele episódio.

Para saber o que leva uma pessoa a se colocar em situação que a conduza a algo tão horrível quanto o encarceramento quando poderia ter se esquivado dele prometendo à juíza alguma coisa que a medida queria escutar, é preciso imaginar (Didi-Huberman, 2020), convocando imagens fora da medida em proveito da experiência singular. No exercício imaginativo, deparo com uma pista que, talvez, diga mais de quem escreve estas páginas do que daquele menino, mas que, ainda assim, funciona como pista: “É necessário preservar o avesso da pele [...]. Preservar aquilo que ninguém vê. Porque não demora muito e a cor da pele atravessa nosso corpo e determina nosso modo de estar no mundo” (Tenório, 2020, p. 61). Não se sabe o que mantém alguém vivo, nem contra o que, no empenho de manter viva alguma parte de si, a pessoa luta. Com quais armas combate. Nem se sabe o que estar vivo significa na sutileza do termo ou que espécie de existência se mantém a cada nova situação.

O que um menino reconhece como horrível varia, variando, com isso, as formas que inventa para habitar o mundo. Aquele nos colocou no desconforto de não sabermos nomear o que havia se passado, necessitando buscar algo não procedimental para agir e dar sentido àquele evento. A decisão de sua liberdade, quando construída sem ele, parecia não defender nada, ou quase nada. Colocava-nos a ter de pensar como alcançar o que faz com que uma pessoa sobreviva nos contextos mais contraditórios à sua dignidade – e que os queira, de alguma forma –, aos eventos mais desafiadores à morada na própria pele (Das, 2020).

O menino que fala não diz apenas de si, entretanto; há certa impessoalidade em seu dizer quando o que lhe passa poderia, potencialmente, ocorrer a outros. Sorriso e Likão enlaçavam suas memórias e, quando um relatava uma situação em que havia sido parado por policiais e revistado, o outro se lembrava de alguma cena que havia vivido, descrevendo um território comum enquanto costuravam a conversa. Por meio das histórias solicitadas por uma escuta que queria o ponto de vista deles, apareciam respostas que iam encontrando para se haverem com seu cotidiano.

A narrativa de uma vida ocorre no encontro entre o momento histórico, as sociedades, suas instituições e os sentidos que vai construindo àquilo que a atravessa, já que “o ‘eu’ não tem história própria que não seja também a história de uma relação – ou conjunto de relações – para com um conjunto de normas” (Butler, 2017, p. 18). Cada menino falava com base no que queria contar ou relevar de si. Escutando aquilo que podia vir e o que decidiam colocar na conversa, questionavam a noção de haver uma história imutável para os meninos da medida.

No trabalho de escutá-los, era necessário não os pressionar para que dessem algum relato cujo dizer tornara-se, para eles, insuportável – os espancamentos, a humilhação

policial, o tempo dormindo na rua –, perseguindo “a possibilidade da vida removendo-a da circulação de palavras que se tornaram selvagens – dando um lar às palavras, por assim dizer” (Das, 2020, p. 292). Acatando o relato que podiam dar, construíamos um contexto em que os meninos falavam apontando a própria largueza, dando eles o tamanho do dizer que lhes era possível. Essa experimentação importava porque a medida que busca a resposta certa tende a impedir que o narrar próprio se faça respeitando seus tempos. Nesse falar de dimensões singulares se produziu muita coisa, inclusive, o desejo de dizer.

3.2 O TRABALHO COM NARRATIVAS: UM RETORNO, UMA COLAGEM

O relato traz um instante. Como em uma fotografia, não é a existência que fica capturada ali no que se narra, mas um momento de uma história cuja complexidade pode ser apenas imaginada. Chega-se ao outro pela narrativa articulada no tempo que a fez possível, e por meio dessa composição as pessoas não são invariáveis, já que os sentidos atribuídos às experiências podem ser revisitados e repensados, ganhando, em um trabalho de montagem, novas acepções.

A montagem coloca em relação coisas e elementos que tendem a ficar desconectados em certo modo procedimental de olhar, e é preciso atentar muitas vezes para começar a compreender. A montagem “talha as coisas habitualmente reunidas e conecta as coisas habitualmente separadas. Cria, com isso, um abalo e um movimento quando [...] o olhar vacila e, com ele, aquilo que ele fixava” (Didi-Huberman, 2016, p. 6). Permitindo uma observação ampliada em relação às coisas, a montagem as reposiciona, fazendo-as ganhar elementos novos. Fica explicitado que não há sentido único àquilo que ocorre; dando espaço para as singularidades que se dão no tempo, não se enclausura uma história ou se apressa a dizer o que ela é. A vida se alarga.

A montagem dá novos começos para trabalhos infindos, como o de pensar as experiências humanas: *uma vez por todas* é diferente de *uma vez só não é nada* (Benjamin, 1987). Na primeira ideia, as situações têm conclusão: os exames, as avaliações. Na segunda, há o trabalho no qual *uma vez* não cabe para saber tudo, importando insistir. Há uma delicadeza na reconstrução da experiência do corpo vivo, percebida e afirmada na atenção que cria aliança com o outro, já que “não somos obrigados a escolher de forma tão binária. [Assim, entre] o ‘sabemos tudo’ e o ‘não há’ abre-se um largo espectro de possibilidades” (Didi-Huberman, 2020, p. 175).

A narrativa foi estratégia cartográfica de acesso a como esses meninos viviam suas experiências; portanto, não se tratou de uma reconstrução factual delas (de fato, isso pouco importou). A montagem permitia um alargamento de sentidos exatamente porque não buscava explicar: em vez de uma estrutura geral, queria gerar estilhaços. Pensávamos a medida acontecendo no enfrentamento dos limites dos territórios

controlados e instituídos em que são estabelecidas ideias de verdade. No trabalho com a narratividade, o procedimento fez aparecer “o caso individual, no lugar de segregar uma forma única, gestáltica, [sendo] ocasião para o formigamento de mil casos ou intralutas que revela[vam] a espessura política da realidade do caso” (Barros; Passos, 2014, p. 161). Comunicando suas histórias, esses meninos as possuíam novamente, reconectando-se com o que haviam vivido.

Fora da atribuição de significados ou de interpretações rápidas era possível investigar a experiência. Isso se dava quando não se buscava o impossível da forma una ou do estado inalterável que as explicações pretendem (um conforto para quem não pode não saber), mas afirmar junto processos que se encontram um pouco mais com um mundo “em que todas as formas se desfazem, todas as significações também, significantes e significados, em proveito de uma matéria não formada, de fluxos desterritorializados, de signos assignificantes” (Deleuze; Guattari, 2017, p. 27). Intenção de agir em uma constante abertura às contingências e à experimentação da permeabilidade não apenas ao dizer, mas aos caminhos que o permitem, em uma disposição para escutar o que não pode (não deve) ser antecipado. Essa intenção de abertura é sempre um instante que passa e que requer novos momentos de breves rupturas com a ordem estabelecida. Considerando a memória uma composição ou um agenciamento de enunciação, “o lembrar se faz, portanto, acontecimento formado de elementos heterogêneos, ao invés de função, mecanismo, estrutura etc.” (Rodrigues, 2004, p. 38).

Essa esquivia da ideia de uma verdade a ser encontrada no relato se exercitava na ausência intencional de perguntas que conduzissem a esclarecimentos causais, sendo o exercício da narratividade a própria ocasião para o pensamento. A (re)criação de sentidos depende de interlocução, já que “um significado apenas revela a sua profundidade quando encontra um outro significado ‘estrangeiro’” (Nunes, 2005, p. 228). Certa vez, Alemão fez aparecer a necessidade de matar ou a admissão da possibilidade de morrer para não se ver preso: “a morte vem da mão da polícia e de quem sequestra e rouba. Testemunhar o gatilho puxado pelo parceiro contra as vítimas faz pensar que é melhor puxar de novo, se precisar, pra não pegar cadeia longa”. Essa ideia mostrava que, para um adolescente, morrer passou a ser vislumbrado como um caminho aceitável para si.

Quando fora desse processo de fazer encontro entre elementos que não estariam em conexão habitualmente, a medida se depara somente com as próprias referências. Como efeito da construção de uma história suposta, aprisiona o menino numa imagem estanque enquanto, na maior parte das vezes, acessa somente instantes de verdade.

Todavia, fazendo dobras na operação protocolar da linguagem comum, um revólver não é apenas uma arma que pode matar, mas uma dúvida e uma potência de pensamento; é a memória de outras situações, um lugar de nascença e a perspectiva

de um futuro por se fazer. Existe, portanto, esse desafio de arquitetar relações no interior do socioeducativo a partir das quais seja possível inventar novas afinidades com a coisa comunicada, e isso depende da disposição para alguém se (re)encontrar com o próprio pensamento e com os conceitos que o animam, aliançados à certeza de que “uma pessoa não deve (nem pode) tornar-se *a* outra. Mas pode tornar-se *outra*. [Esse é] o plano da nossa condição divergente; o instituinte enquanto processo” (Nunes, 2005, p. 229, grifos no original). Quando dizer é fazer, na vontade de escutar o outro em sua própria história, aparece uma linguagem outra e deslocamentos existenciais advêm. A arma que pode matar também produz perguntas sobre a vida que se queira viver.

Exercício mesmo de inventar uma linguagem que, dentro do universo da medida, desvirtue os usos esperados das palavras. Minorar a língua imaginando outros lugares para termos comuns, torcendo-os para que deles sobrevenha algo diferente, considerando que “tomar a palavra em sua força de criação de outros sentidos é afirmar o protagonismo de quem fala e a função performativa e autopoietica das práticas narrativas” (Barros; Passos, 2014, p. 156). Por que não usar a palavra *revólver* para pensá-la enlaçada a uma biografia, criando espaço para refletir, inclusive, sobre uma sociedade que produz um adolescente precisar ter um revólver, e para dar tempo para novos movimentos, em oposição a fazer de seu possível manipulador uma identidade indiscutível?

O uso da narratividade se aliava à afirmação de que a palavra não pode ser qualquer coisa de insignificante, motivo pelo qual precisa ser disputada: porque nem sempre pode aparecer, porque raramente têm legitimidade as que saem das bocas dos meninos da medida, porque é exercício de poder, porque “falar é existir absolutamente para o outro” (Fanon, 2008, p. 33). Formas de resistir ao instituído também se fundam no encontro, pela criação de montagens por meio da palavra dita que permita ver a vida onde ela se inventa. Produzimos conhecimento quando o pensamento se fazia reconhecer no exercício mesmo do falar. Dizendo e rememorando, passávamos a saber.

3.3 CONQUISTAR CONVERSA

Na vontade de descer ao cotidiano em um contexto em que a violência nubla os rastros de uma existência em sua singularidade (Das, 2020) e considerando a conversação mais do que a troca de dizeres, o desafio essencial foi produzir a vontade de *falar com*.

Minha fala não existe sozinha; antes dela, chega minha pele branca, meu gênero, minha voz, minha idade, minha profissão, minhas experiências e questões que elas produziram. Essa mistura do que se é, daquilo que se imagina mostrar ao outro e do que o outro pensa constitui um problema interessante ao conflitar com a ingenuidade de que é possível controlar a relação eu-outro e, também, com a fabulação de que se

pode fingir qualquer coisa para mostrar o que não se é, mas aquilo que se imagina que o outro queira ou precise ver, escutar, saber. Ocorre que pela diferença também se produz comunidade (Lorde, 2019), e era preciso criar estratégias para fazer viver essa afirmação.

Mesmo com a vontade de escutar, havia nos encontros uma confusão de línguas que se mostrava quando aquilo que eu queria dizer não chegava até eles, ou quando eu não conseguia acessar o que era para eles muitas das experiências que me contavam. O que diziam produzia movimentos os mais diversos; por vezes, eu silenciava, sem saber o que dizer diante de um relato de violência sofrida, noutras, evidenciava minha curiosidade sobre alguma cena, pedindo para que se alongassem nela. Havia um tamanho para esse afetamento, pois as experiências não haviam se passado comigo, e eu tinha de respeitá-las na grandeza que vinham e no que cada menino dava para elas. Estar atenta aos afetos que seus relatos produziam em mim fortalecia a possibilidade de continuarmos conversando; portanto, havia um respeito que se mostrava por meio da fala e, também, pelo gesto corporal.

Certa vez, Sorriso, falando de sua incursão nos roubos, contou de um evento cultural na cidade de São Paulo ao qual fui diversas vezes como espectadora, e ele, como assaltante:

“Numa noite, eu ia pra lá já pensando no corre que eu ia fazer. Já lá, do nada, um policial me pega pela gola da camiseta – ‘vem cá!’”. O policial militar mostrou “uma faca grande e tão bonita” que o menino contou que via nela o seu próprio rosto, enquanto escutava: “se você roubar, eu corto o seu bucho”. Aquela ameaça o marcou, tão violenta que dava medo. Não impediu o furto que ele praticou naquela noite.

Nós havíamos vivido uma mesma circunstância em posições diferentes, e escutá-lo era ter de me haver com minhas próprias lembranças e com minha atitude de quem ia ao evento esperando não ser assaltada. O meu corpo nunca apanhou nem foi ameaçado daquela forma. Nunca tive aquele tipo de medo, e não fingindo, algo advinha na conversa. Muitas vezes, quando me faltaram palavras, um movimento de corpo mostrava a minha escuta atenta – não sabendo o que dizer, buscava me fazer presente sem usar a voz.

Na troca que se seguiu com Sorriso e Likão, falamos do corpo sozinho do menino ameaçado perante a força policial. Disseram que é de ter raiva poder pouco, e que essa muita raiva ficava calada diante do medo das armas alheias. Em alguns momentos, parecia que mesmo eles silenciavam escutando a dor do outro, emendando em seguida uma história própria. Quando o silêncio despontava como reação, ele não era um problema, mas a afirmação de que algo não deveria ter ocorrido – o silêncio aparecia como um lamento. Coletivizar a raiva e a angústia apareceu como estratégia para

quando se sabe da humilhação e não se pode reagir contra quem a pratica. Disseram que há músicas que consolam ao fazerem refletir a vida que outros levam, mostrando como lidam com a impossibilidade de contra-atacar com o próprio corpo. Apareceram Rincon Sapiência, Facção Central, GOG, Dexter e, fora da música, os Panteras Negras. Likão lembrou uma música cantada por Negra Li:

*Olha o menino / Ainda não tem idade / Mas realidade aí afora filho chora / Pode ser bem triste / Miséria existe / Nos quatro cantos da grande cidade / Cheio de coragem de lutar que tem / Vendendo drops no trem / Hoje em dia é outra história / Menino não joga bola não joga / Olha menino na escola, viu / Ensinaaram que um Pedro descobriu o Brasil / Isqueiro pro pavio; Dinheiro ninguém viu / Negreiro, pro navio negreiro / É... e pode ser um pesadelo / Olha o menino está perdido / Por inteiro / Está perdido por inteiro / E o menino tá perdido / Tá perdido na ilusão / E o político vendido / Tá vendendo solidão / E a solidão não é solução pra nós. (David Corcos, Helião, Koool G. Murder 'Rusty'. **Olha o menino**. Interpretada por Negra Li e Helião. Universal Music, 2005)*

As obras mencionadas ofereciam aos dois meninos acesso a experiências de pessoas que, como eles, sem nenhum poder, são tomadas pelo discurso social dominante como se não tivessem história. Talvez, por isso, era dessas referências que se lembravam. Enquanto contavam suas narrativas, íamos fazendo associações pelas quais inventávamos alguma breve liberdade. Foi pela conversa que isso se deu, e ocorreu ali o mesmo que se passa em outras circunstâncias da vida: há palavras que precisam de contexto para serem postas no mundo e de contorno depois que isso acontece. Não faltam espaços de fala na medida, mas que o próprio ato de falar seja colocado em questão, pois, nela, a palavra sempre arrisca perder valor de compartilhamento, tornando-se algo empobrecida, servindo para informar algo prognosticado.

A medida teme as palavras, não interrogando-as sem antes ter uma certeza no bolso. Assalto, revólver, furto, tráfico, indisciplina, ódio, maconha e cocaína são termos que teriam história em si, que independeriam dos sujeitos, paradoxalmente, marcando-os em certo território existencial. Tomando-os como verdades em si, a medida responderia a própria expectativa em relação àquilo que deveria vir da boca dos meninos. Por isso, o inacabamento como potência de criação de sentidos e a ideia de que não há definição una para as coisas humanas interessava dentro do processo de produção de conversa como estratégia que visava fraturar lugares comuns.

Curió dizia temer “perder a cabeça” em certas situações de conflito e que, desde que saíra da unidade de internação, onde apanhara repetidas vezes dos funcionários, passara a fumar muito mais, pois aprendera que isso o acalmava. Apanhar, enquanto experiência não compartilhada, nem ao menos ganhava o estatuto de desigualdade; em muitos outros meninos, também vi a violência ser sabida, mas justificada por algum

comportamento seu. Curió se deparava com a solidão do afeto no próprio corpo quando roubada dele a dimensão coletiva da brutalidade que vivera.

Algumas vezes, quando escutava e me faltaram dizeres, a literatura apareceu como intercessor, sendo ela uma espécie de língua que ultrapassa a descrição das coisas e refaz sentidos dados às experiências humanas. Há na literatura outros corpos que sofrem e suas estratégias de sobrevivência.

O ódio do qual Curió falava fez lembrar um texto em que um poeta dá passagem a sua indignação assentando seu afeto na arte e em seus antepassados. Lemos o escrito do jovem que vivia naquele mesmo distrito onde nos encontrávamos para conversar:

Eu não queria mais cultivar o ódio, mas eles nos obrigam a vencer desde que inventaram o pódio / Uhuru, a liberdade: ainda é sonho / Um triste soneto, o medo de cair, destroços nessa terra em que já tombaram tantos dos nossos / [...] mas enquanto constroem pelourinhos, eu sigo erguendo mocambos, enfrentando moinhos e todos os traumas de ser assim: Dom Quixote Pixaim. (Chico, 2019, p. 17)

Os livros, colocando-nos menos sozinhos no mundo, expandem as possibilidades de estarmos nele e afirmam a humanidade em sua amplitude (Mãe, 2019). Promovem o acesso a poetas e escritores, à experiência imaginativa, à dimensão social do vivido e às formas de resistência inventadas por outros nas quais alguém poderá se inspirar. A literatura liberta, mesmo que por instantes, produzindo um lugar de saúde para vidas aprisionadas em sua potência de inventar: há algo que está lá e não pode ser alcançado no modo corrente de ver as pessoas em que se dá a elas identificações.

Um aspecto comum nos encontros com cada um dos meninos foi todos se apresentarem a partir de violências que haviam vivido. Por vezes, era um jeito de começarem as conversas, noutras, o fio condutor delas. A violência durava como tema. Lendo para (ou com) eles, a agressão relatada acionava afetos que também haviam passado por outros corpos, permitindo certo deslocamento em relação à imagem que carregavam como se fosse própria de tanto que haviam escutado de outros sobre quem eles eram. Pela leitura, avistando outros personagens, experimentavam instantes em que podiam “ser um pouco tranquilos, poéticos, criativos, e não apenas [...] o objeto de avaliações em um universo produtivista. [...] [era um tempo em que podiam] tomar o seu lugar no devir compartilhado” (Petit, 2010, p. 289). Aquilo que lemos juntos abriu espaço para advirem ideias que, talvez, não viessem fora da atração gerada pelas palavras. Para Curió, li certa vez o seguinte poema:

Eu queria fazer parte das árvores como os pássaros fazem / Eu queria fazer parte do orvalho como as pedras fazem. / Eu só não queria significar. / Porque significar limita a imaginação. / E com pouca imaginação eu não poderia fazer parte de uma árvore. /

Como os pássaros fazem. / Então a razão me falou: o homem não pode fazer parte do orvalho como as pedras fazem. / Porque o homem não se transfigura senão pelas palavras. / E era isso mesmo. (Barros, 2015, p. 97)

Em seguida à leitura, ele disse: “é isso, né, se o passarinho significar uma coisa, ele não pode ser mais nada”. O poema que eu tinha escolhido com base no que havíamos conversado antes sobre ser um “menino da medida” gerou novo tema para aquele encontro: como seria poder mostrar outras coisas de si? Pensar o que se passava um pouco afastado de uma relação em que o que ele parecia ser já dava o sentido das coisas aos olhos dos outros?

Livros ressaltam a dignidade destituída das pessoas quando deslocam territórios existenciais. Imaginando o que e como os meninos viveram, as pessoas deixam de lhes fazer perguntas inimagináveis. Ao passo que, ao conhecerem e discutirem outras narrativas e histórias, os meninos podiam tanto produzir saberes sobre si quanto questionar racionalidades que brigavam contra suas vidas e que estavam ali, silenciosamente participando do que relatavam como algo particular.

Curió dizia temer o ódio que sentia e, por isso, não andava em passeatas; fugia de situações que poderiam desandar em brigas, pois tinha medo de como ele próprio reagiria se voltasse à pele o ódio que aprendera a sentir. Tornados memória emudecida, afetos que não são afirmados como questão política ameaçam a vida, são crueldades que não podem sequer ser esquecidas (Cruz, 2012).

Mas, nem sempre foi fácil ressaltar a relevância da vida ameaçada, e mesmo os livros faltaram. Nas conversas, a escuta da violência passava pelo corpo de quem as escutava, produzindo efeitos inesperados, e houve momentos de não saber o que fazer com relatos como esse, de Likão:

Pequeno, com quatro anos de idade, buscava o padrasto no bar onde ele gastava o dinheiro do aluguel com bebida. Certa vez, da mão do padrasto veio um tapa. O menino caiu ajoelhado; depois, levou um soco e apanhou com fio de cobre. “Eu era pequeno, ainda usava a camiseta do ursinho Puff, que ficou toda coberta de vômito.” Seu corpo doía e segue marcado tantos anos depois [Likão levantou a camiseta para mostrar suas cicatrizes]. Era o mesmo menino que gostava de ficar perto da avó que costurava e que sabe a diferença entre crochê e tricô por causa dela. Cresceu “homem forte e de palavra”. Olhar intenso que conta toda uma vida. Hoje, enfrenta o padrasto “na voz” e não abandona o irmão. O mesmo padrasto fez o irmão, que é “menino bom”.

A pessoa, encontrando uma linguagem sem reservas, mostra sua própria impossibilidade (Agamben, 2007). A exposição do real pede certa delicadeza na escuta que respeite o narrador naquilo que pode feri-lo uma vez mais. Qualquer coisa que adve-

nha como curiosidade não pode ser exercida, já que não se sabe, antes, o que alguém pode aguentar. Há um limite no dizer que precisa ser sustentado. Em ocasiões como aquela, era necessário afirmar o acalanto que faltara e que, faltando, brigava contra a vida de Likão. Quando calar parecia insuportável, escutando sem tentar significar o relato eu também fazia aliança. Verbalizei que aquela violência não deveria ter acontecido.

A escuta também alcança a dimensão pública em que é possível agir no mundo questionando a fratura que a condenação de uma existência produz; escutar valorizando as reivindicações daquele menino já era tomar partido delas, e isso é “o que significa entrar no ponto de vista de uma maneira de existir, não apenas para ver por onde ela vê, mas para fazê-la existir mais, aumentar suas dimensões ou fazê-la existir de outra maneira” (Lapoujade, 2017, p. 90).

Conquistar conversa tinha a ver com esse inesperado que guiava cada encontro. Em um convite intencionalmente dilatado em possibilidades para falar sobre a medida, era falado sobre o cigarro que fumavam (e que íamos comprar juntos), da praia, dos pais e mães e filhos, de como éramos como filhos, de bebida, de amigos, das casas moradas e de namorados. Falava-se da infância, de andar de moto, de medos, de dinheiro (da falta, do excesso, das desigualdades que ele produz). Do calor, da chuva forte, dos atrasos, do cinema, de filmes e de músicas. Não se falava sobre tudo isso com todos – a condução quem dava eram eles; eu os escutava para pensar antes de falar.

O que parecia preâmbulo já era a conversa acontecendo enquanto caminhávamos para alguma praça, na sala do local de trabalho de um deles, na garagem do serviço de medidas ou em outro lugar. Na calçada, era interessante fazer conversa porque a vida, tão diversa, passava diante de nós e rendia comentários, curiosidades, risadas. Eu aprendi a observar o tempo e as pessoas vendo Curió falar com elas quando nos interpelavam pedindo cigarro, dinheiro ou alguns minutos de escuta. Na maioria das vezes acontecia de passarmos a falar sobre outros temas da vida, aos quais chegávamos a partir de alguma palavra, lembrança ou evento recente – era um trajeto sem endereçamento. Para os meninos que tinham filhos, a esperança de não virem a ser o pai que tiveram importava bastante, e eles comunicavam o esforço e as fabulações que faziam tentando encontrar meios para serem algo de diferente do que haviam experimentado enquanto cresciam. Viam-se sozinhos nessa busca, sempre pensando como dariam conta, de maneira própria, de questões tão caras para eles.

3.4 ESCUTAR, ESCREVER, REFAZER

A produção das narrativas exigiu, primeiro, conquistar com os meninos a vontade de dizer – afinal, por que contar as próprias histórias para uma estranha? Depois, fazer

convites para as conversas, encontrando tempo em comum e local que permitisse falar, como espaços onde o pensamento pudesse fluir menos preocupado com a chegada de alguém. Quando o primeiro encontro acontecia, eu pedia para que falassem sobre lembranças e impressões acerca das medidas socioeducativas a partir do que essas duas palavras fizessem pensar. Esse era um passo inicial que os levava para lugares diferentes. Alguns meninos nunca falaram do ato infracional cometido, mas sobre a vontade de viverem outras coisas, terem um emprego fixo ou uma casa para morar onde haveria um quarto só seu. Todos pediam espaço, tempo e a possibilidade de serem algo diferente daquilo que escutavam que deveriam ser.

Narravam eventos carregados de enfrentamentos e mostravam que precisavam lutar para manter viva uma parte de si ameaçada, encontrando formas para lidar com a raiva e a tristeza decorrentes da pobreza e das situações de violência, racismo e humilhações. Com o tempo, fizeram pensar que era importante aportar algo além da escuta para não habitar um lugar de invasiva curiosidade: isoladas ou irrefletidas, as lembranças que contavam arriscavam virar algo da ordem da curiosidade vã ou do retorno incansável ao abuso como marca única de suas existências.

Em um primeiro momento, a ideia da escrita em conjunto não havia ganhado presença e os encontros eram guiados por uma escuta que se perguntava constantemente a razão de ser. Com o tempo, a violência contada produzia a necessidade de inventar outro lugar para os relatos e fazer, a partir da palavra falada, novo trabalho, que passou a tomar a palavra escrita como meio. Foi um dos meninos que fortaleceu a ideia de usar textos escritos nos encontros – primeiro, os de outros e, depois, os nossos.

Quando conheci MC Poeta, tínhamos o hábito de comentar o que estávamos lendo. Certo dia, mostrou o livro *Sobrevivendo no inferno* (Racionais MC's. *Sobrevivendo no inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018) e disse que gostaria de escrever um diário, pois, tendo passado seis anos em internações entrecortadas, tinha muito o que falar. Ele queria contar suas histórias e essa ideia era animada por outras biografias que lia.

Em nosso último encontro, que eu ainda não sabia que seria o derradeiro, eu lhe dei um caderno e mostrei *O livro dos abraços* (Galeano, 2010); olhando o índice, pensamos em títulos para os capítulos do seu diário. MC Poeta disse que era difícil nomear o que queria escrever e o livro que eu mostrei serviu para dizer que todo nome pode ser inventado e que inventar também é um caminho. A escrita veio no esforço de descobrirmos em nossos encontros qualquer palavra que, por estarmos desatentos, não podia ser encontrada. Quando buscava um nome que já existia, ele deixava de lembrar que poderia inventar outros que o ajudassem a dizer o que queria. Foi também um jeito de me aproximar dele, um menino para quem escrever ganhara importância

quando percebia que, escrevendo a experiência, tirava dela mais do que um lugar de partilha: tomava em mãos algum controle sobre sua vida.

Com todos os meninos, durante nossos encontros, poucas anotações eram feitas; quando existiram, colocava o caderno sobre a mesa e mostrava as frases registradas. As narrativas eram transcritas depois, no acionamento da memória que já não era apenas a deles e que não tinha a ver somente com aquilo que era lembrado *a posteriori*, mas com a sensação da escutadora, suposta também no que entendia ver no rosto de cada um deles: raiva, ódio, tristeza, desapontamento, dúvida, alegria. Passara a haver um terceiro sujeito (Manso; Fernandes, 2015), produzido pelas histórias deles, a minha escuta e a narrativa originada dessa aliança. No encontro seguinte, era lido junto o escrito que continha a releitura de suas histórias compostas nesse outro narrar.

As linhas passavam por novo corpo feito a dois no empenho da coautoria em um método que se fazia valer dentro de um processo em que as alterações no primeiro texto eram esperadas. Lidas em voz alta, frase a frase, os meninos viam-se nos registros, mostrando certa expectativa pela passagem que viria. Questionavam as palavras, repensavam aquelas que lhes pareciam deslocadas, enfatizavam as que importavam, reconstruíam. As frases eram discutidas e alteradas para que mantivessem o sentido que cada um queria atribuir àquilo que contara. Eu pensava cada palavra preocupada para que não se sobressaíssem minhas posições (ou avaliações) e não se criassem dizeres que, de tão inventados, nada dissessem sobre os meninos; ainda assim, eles sempre pediam alterações, e isso mostrava que a escuta e a conversa são processos sempre em construção, que conhecê-los implicava aguentar um constante não saber e que nenhum esforço alcançaria, verdadeiramente, quem eram.

Encontrar-me com eles era sempre me deparar com minha surdez. Certa vez, o ouvido da escutadora não quis entender o que Alemão disse, escrevendo: “Na cena do roubo, se a polícia chegar, melhor não ter arma na mão pra não correr o risco de usar”. No encontro seguinte, mostrando o texto ao menino, ele fez a correção: “Não foi isso que eu disse. Eu disse que, se a polícia chegar, é melhor ter uma arma na mão, porque antes atirar ou morrer do que ir praquele inferno que é a cadeia”. Pedindo para que mudássemos o que estava escrito, revelava mais do que a arma na mão: a morte como possibilidade diante da probabilidade de ser preso e a minha dificuldade em escutar aquilo.

A correção dilatou a questão sobre ter ou não arma, requerendo pensar como aquela afirmação se lançava: como se produz uma vida que sabe que precisa ser defendida com arma de fogo e pelas próprias mãos? Uma vida de 17 anos que topa o jogo real de polícia e ladrão e as possibilidades de ganhar e perder na complexa relação de quem acerta o tiro, pois, morrendo ou sobrevivendo, há perdas? Aquele desencontro de sentidos mostrava a dificuldade de escutar que aquele menino topava as armas e ainda

se havia com a alternativa do roubo para sobreviver. Ele, apesar de mim, fazia-se escutar e mostrava a complexidade do jogo em que estava metido.

Havia nos relatos sempre algo de desconhecido, nem sempre estando nítido o que mobilizava certa cena que contavam e nem mesmo porque expunham certas coisas. Esse não saber precisava ser sustentado; então, quando nos víamos, eu pedia para que continuassem contando sem se preocuparem em justificar o que diziam não saber. Falando, criavam-se direções que podiam, por certo tempo, acomodar as experiências atravessadas e dar para elas algum lugar, formando “uma paisagem onde a gente podia passear e descobrir, no desvio das palavras, ao redor das frases, bruscamente, pontos de vista que não apareciam anteriormente” (Foucault, 2016, p. 39). O evento sobre o qual falavam passava a aparecer conectado a outras coisas.

Produzíamos um descolamento significativo para o que acontecia na vida daqueles meninos e que também acontece com outras pessoas. Por exemplo, Curió e eu pensamos que abandonar o trabalho – fato grave dentro da medida, porque lido como a falta de vontade em mudar – era a sinalização de algo difícil que ele não parava de sentir:

Duas semanas depois do término do namoro, Curió saiu do trabalho. Foi ficando insuportável permanecer naquele ambiente que despertava ódio pelo fato de estar ali enquanto a vontade era a de não sentir aquela tristeza. Naquele encontro, ele repetia a falta de desejo de viver e a sensação de não haver saída para o que sentia. Como suportar o que não se sabe de onde vem e que toma o pensamento com tamanha intensidade que não se pode encontrar alguma ancoragem possível?

A insuficiência e a incompletude estão na base de todo ser, por isso, o pensamento precisa de companhia (Blanchot, 2013). A presença dessa incompletude era acessada quando os fatos narrados eram colocados sob exame, fazendo aparecer novas palavras, inventando passagens para que elas fossem ditas. Em uma qualidade de estar junto, a insuficiência movia. As falas dos meninos eram transformadas a partir do que se experimentava no encontro e era a leitura do texto por eles que autorizava o processo dentro de um espaço em que recusávamos a significação única, mantendo o escrito em um estado de enunciação, e não de enunciado (Nunes, 2009). Construir uma escritura que possibilitasse que percebessem como suas histórias eram escutadas foi a inflexão de um processo em que o menino da medida, sempre convocado a falar se justificando, podia escutar alguém contando sua história e avaliar como queria registrá-la.

Na posição de criadores, esses meninos não se submetiam ao texto. Houve ocasiões em que pediram para que alterássemos palavras de modo a enfatizar alguma ideia. Quando escrevi, depois de nosso primeiro encontro, que “experiências bastante dis-

tintas vividas pelo menino e experimentadas pela pesquisadora fazem acontecer uma conversa”, Curió corrigiu: “tira a palavra **distintas**: é a mesma realidade em lados opostos”. Ele explicou que, se ambos vivemos a internação, então estivemos em uma mesma realidade, só que não do mesmo jeito. Em seguida, outro trecho: “A retomada da ideia de fazermos um grupo de adolescentes que contariam suas experiências com as medidas fez pensar na internação como a potência máxima da punição: privação da liberdade por tempo indeterminado”. Pedido de nova alteração: deixar em destaque a palavra *indeterminado*, pois Curió queria destacar a violência de não saber quanto tempo ficaria internado, tendo um dia para entrar na unidade sem saber quando sairia.

Trazendo ao centro as narrativas e retrabalhando a escrita, eram construídos traçados que podiam ser indagados fora daquilo que vinha, frequentemente, como única direção possível. Considerando que “em cada signo dorme este monstro: um estereótipo: nunca [se pode] falar senão recolhendo aquilo que se *arrasta* na língua” (Barthes, 2013, p. 15, grifo no original), escrevendo, dávamos passagem para novas posições, como ser outro que não bandido; ser bandido, mas não como o outro.

A escrita das narrativas foi uma escrita-ficção porque o dito recordado sempre é (já foi) modificado. Se o dito é a cena transformada, o que foi vivido continua em permanente potência de transformação (de sentido, de valoração, de razão, de intenção). Discutindo as palavras, ventilavam-se as vivências, pensavam-se o passado, os desejos e as vontades. Olhávamos para quem entendiam que eram imaginando um futuro: Curió dizia querer conhecer a praia, MC Poeta e Sorriso estavam em busca de trabalho, Likão desejava não ser mais revistado pela polícia e Alemão se havia com a dúvida entre roubar ou não. Cada uma dessas questões produzia muitas outras em meio às complexidades enfrentadas por cada um.

Na medida, as perguntas que buscam uma razão tendem a produzir um abismo relacional ao desconsiderarem que os agentes que conduzem às experiências são sempre plurais. Os meninos, narrando seus acontecimentos, faziam confluências entre aquilo que mudara e o que continuava inquietando. Há um tempo *entre* que aliança o vivido antes e o que se vive agora – o passado não serve para explicar o presente, senão para dar um percurso biográfico dentro de um tempo que nunca cessa de acontecer. Conhecer carrega sempre um limite necessário, uma vez que se fala sempre de “um presente fixado com a ajuda do passado, não o inverso” (Genet, 2015, p. 57), e os fatos descritos são a interpretação extraída de quem se é no presente.

Construir pensamento com o outro implica embrenhar-se em um campo movente. Não cabe à pesquisa apontar valorações ou explicações para o que não se explica em páginas finitas, já que “não há imagem ‘uma’, tal como não há palavras, frases ou páginas ‘únicas’ para dizer um real, qualquer que seja, no seu ‘todo’” (Didi-Huberman,

2020, p. 177). Por variados caminhos, esses meninos apontaram o imenso desafio de viver outra coisa dentro de uma percepção hegemônica que impede a construção de outros nomes para seus feitos e ditos. Por isso, sustentar um tempo que fizesse advir outros temas era necessário, fazendo viver a afirmação de que há grandeza nos deslocamentos reflexivos em meio aos instantes que nunca param de acontecer. Criando colagens a partir de diferentes elementos registrados, eram feitos breves descolamentos em relação à identidade que a medida dava para eles.